

# BIBLIOTECAS ESCOLARES INCLUSIVAS: PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O ATENDIMENTO E AMBIÊNCIA DE PESSOAS NEURODIVERSAS

DÉBORA ARAÚJO MACHADO TEIXEIRA\*

MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA\*\*

MARCELO FERNANDES OLIVEIRA\*\*\*

**Resumo:** *A pesquisa teve como objetivo apresentar aspectos a serem considerados na produção e organização da informação como elementos catalizadores no atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas em bibliotecas escolares. Partindo da premissa de que a biblioteca tem um potencial imenso para ser um ambiente inclusivo, se constituiu como salutar repensar os modelos tradicionais de organização da informação, para que estes não venham a ser excludentes; a pesquisa questionou como adaptar esses espaços para garantir o acesso e uso por alunos neurodiversos. As conclusões apontam para a necessidade de estratégias como a reorganização do espaço físico, o uso de sinalização multimodal e a personalização do acesso. A implementação dessas medidas, aliada à capacitação profissional e à colaboração multidisciplinar, é fundamental para transformar a biblioteca em um ambiente verdadeiramente acolhedor e catalisador do potencial de cada aluno, promovendo equidade e inclusão.*

**Palavras-chave:** *Organização da informação; Biblioteca escolar; Neurodiversidade.*

**Abstract:** *The research aimed to present aspects to be considered in the production and organization of information as catalytic elements in serving and creating an environment for neurodiverse individuals in school libraries. Starting from the premise that the library has immense potential to be an inclusive environment, it became essential to rethink traditional models of information organization so that they do not become exclusionary. The study questioned how to adapt these spaces to ensure access and use by neurodiverse students. The conclusions point to the need for strategies such as the reorganization of the physical space, the use of multimodal signage, and the personalization of access. The implementation of these measures, combined with professional training and multidisciplinary collaboration, is essential to transform the library into a truly welcoming environment that catalyzes each student's potential, promoting equity and inclusion.*

**Keywords:** *Information organization; School library; Neurodiversity.*

---

\* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: debora.am.teixeira@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8709-5899>.

\*\* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: fujita@marilia.unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8239-7114>.

\*\*\* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: marcelofernandes@marilia.unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0707-9327>.

## INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares, sendo indissociáveis da escola, desempenham um papel basilar no processo de inclusão, que é coletivo, e de responsabilidade de todos. Para que esses espaços se tornem verdadeiramente acolhedores, facilitadores da aprendizagem, implica que os profissionais, que ali atuam, ajam como sujeitos protagônicos ressignificando seus saberes/fazeres/quereres em prol do respeito ao outro, ao diferente, e ao diverso.

Portanto, é imperativo repensar a produção e a organização da informação, adaptando-as às necessidades específicas de cada indivíduo. A negligência dessa adaptação pode resultar em exclusão, dificultando o acesso e uso da informação e limitando o potencial de desenvolvimento dos alunos neurodiversos.

Neste interim, a perquirição que orientou essa investigação foi: quais os aspectos a serem considerados na produção e organização da informação para o atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas em bibliotecas escolares?

Portanto, e oportunamente, temos como objetivo apresentar aspectos a serem considerados na produção e organização da informação como elementos catalizadores no atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas em bibliotecas escolares.

A organização da informação, tem princípios de aplicação prática e técnica, que, de modo geral, visam representar informações, organizando-as e tornando o acesso e uso dos recursos informacionais mais rápido e eficiente. Desta forma, ela produz Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) que permitem ao usuário localizar um item específico, encontrar itens relacionados e navegar por um conjunto de dados de forma ordenada e hábil. Suas ferramentas são metadados, catálogos, índices, sistemas de classificação de informação, taxonomias, listas de cabeçalho de assuntos e arquiteturas de informação que estruturam itens como: livros, artigos, arquivos, páginas *web*, entre outros, para que possam ser recuperados.

*A tarefa de organização da informação começa pela representação. Essa representação, uma vez inserida nos mecanismos de bases de dados, assegurara que aquela informação tem uma localização e poderá ser acessada e recuperada onde quer que esteja. A representação, além de organizar, preserva a informação para uso presente e futuro (Fujita 2019, p. 29).*

Para usuários, porém, a complexidade se dá quando os sistemas de organização da informação são produzidos com uma lógica interna que é contraintuitiva para quem está de fora. Tomemos como referência um catálogo de uma biblioteca organizado estritamente pela Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou pelo sobrenome do autor (Cutter). Para um usuário que pensa em termos de temas ou gêneros, por exemplo: um livro de aventura na selva — a necessidade de primeiro traduzir seu desejo para

a linguagem formal do sistema, um número de CDD ou o nome certo do autor, irá requerer uma carga cognitiva significativa.

A complexidade não está na informação em si, mas na barreira de acesso criada pela estrutura organizacional. Quando o sistema estabelece que o usuário aprenda a pensar consoante a sua construção, em vez de ser desenvolvido levando em consideração como o usuário pensa, a organização, paradoxalmente, se torna um obstáculo à informação. O acesso ao conhecimento, é uma prática social básica da biblioteca, sobre o assunto Fujita (2019, p. 33) escreve: «a exigência de informação transcende o valor, o lugar e a forma e necessita de acesso. Por isso devemos pensar não só em fornecer a informação, mas possibilitar o acesso simultâneo de todos».

A estrutura do conhecimento também é complexa, heterogênea e multifacetada. Um sistema de classificação, por exemplo, é um modelo simplificado do mundo, repleto de vieses culturais, históricos e epistemológicos, requerendo do usuário abstrações do saber, o que pode tanto limitar sua compreensão quanto, no melhor dos casos, expandi-la ao apresentar novas representações que ele não havia considerado. Vale destacar que abstrações devem ser evitadas para melhor compreensão dos sujeitos neurodivergentes.

Ressaltamos, porém, que este estudo não teve como proposição realizar contestações, ou sugerir alterações sobre os instrumentos de representações da informação. Atentamos, outrossim, como apontado na seção quatro, a uma série de considerações sobre a produção e organização da informação como sugestões de ressignificações de serviços e ambiência em bibliotecas escolares para o atendimento de todos os usuários.

A pesquisa parte do princípio legal do acesso universal aos direitos, com destaque para uma educação de qualidade. Defende-se uma biblioteca que respeite a diversidade, promova a emancipação e reconheça cada indivíduo, com suas especificidades, como sujeito de seu próprio aprendizado.

## **1. NEURODIVERSIDADE, NEURODIVERSOS E NEURODIVERGENTES: ONDE ENCAIXÁ-LOS EM NOSSAS DISCUSSÕES SOBRE BIBLIOTECAS?**

O conceito de neurodiversidade, com seu histórico complexo e multifacetado, emerge da interseção de movimentos sociais — gênero, raça, sexualidade e feminismo (Ortega 2009, p. 68), com avanços científicos, desafiando a visão tradicional sobre as variações neurológicas. Preteritamente, condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) eram enquadradas pelo modelo médico, que as tratava como deficiências ou doenças (Fundación La Fuente 2022, p. 18; Ortega 2009, pp. 74-75) a serem curadas ou corrigidas para se adequarem às normas sociais.

O termo «neurodiversidade» ganhou popularidade no final da década de 1990, creditado à socióloga australiana Judy Singer, embora ativistas autistas como Temple Grandin e Donna Willians já defendessem a aceitação das diferenças autísticas em suas obras.

O movimento pela neurodiversidade propõe uma mudança de paradigma ao reinterpretar condições como o autismo não como doenças ou deficiências, mas como variações neurológicas naturais e vitais para a sociedade, análogas à importância da biodiversidade para os ecossistemas (Singer 1999, p. 64).

A partir dessa premissa, recomenda-se a adoção de termos como diferenças cognitivas ou neuroatípicos para condições como TEA e TDAH, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), dispraxia, dislexia, discalculia, transtorno do desenvolvimento da linguagem, síndrome de Tourette, síndrome de Down, depressão crônica, entre outras, visando distanciá-las da conotação patológica de deficiência ou doença, que sugere a necessidade de um tratamento em busca da cura.

Enfatizamos, contudo, que o propósito deste estudo não é validar uma terminologia em detrimento de outra, mas sim contextualizar para o leitor os vocábulos e as discussões pertinentes que serão recorrentemente utilizados neste trabalho.

Neste contexto, nos sentimos mais à vontade para inferir, consoante as apreensões sobre o assunto, que neurodiversidade pode ser compreendida como «pluralismo neurológico e diversidade neurológica» (Blume 1998; Singer 1999). Para muitos autores, toda a humanidade é neurodiversa, pois nenhuma mente funciona igual, o que torna cada ser único. A adoção desta palavra remete para o todo, o plural, ou ao conjunto de indivíduos que reunidos são neurodiversos e formam a neurodiversidade.

Trazemos também a definição expressa pela American Psychological Association (APA) que a faz do seguinte modo: «A neurodiversidade é ampla em sua definição porque não se limita apenas a deficiências ou neurodivergência; inclui neurotipicidade» (American... 2022, tradução nossa).

Por outro lado, quando nos reportamos a neurodivergente, nos referimos a particularidade dentro do todo. Não se trata de um termo médico, mas de uma palavra identitária dentro do movimento da neurodiversidade. Podendo também ser creditada da seguinte maneira: «Quando a neurologia de uma pessoa difere da “maioria” neurológica» (Azevedo et al. 2022), de forma assertiva dizemos que este é um indivíduo neurodivergente, dentro de um determinado grupo de pessoas.

E nesta conjuntura de sujeitos neurodiversificados, como trans fazer o ambiente das bibliotecas, de modo a atendê-los/las? De antemão, certamente precisamos reconsiderar uma série de fatores, dentre os quais, a reformulação do saber/fazer/querer dos profissionais que atuam nestas instituições, de sorte a considerarmos a produção e organização da informação, assim como adequar nosso atendimento para

as necessidades, desejos, demanda, uso e requisitos deste público que também são nossos usuários (Cunha, Amaral e Dantas 2015, pp. 3-5).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2022, no Brasil «cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade do país (ou 8,9% desse grupo etário) tinham algum tipo de deficiência» (Instituto... 2023). Do percentil informado, a pesquisa também demonstrou que pelo menos 25,6% delas haviam concluído o ensino médio, e que 95,1% das crianças com deficiência, de idade entre 6 e 14 anos, estavam matriculadas em escolas.

Os dados não fazem menção sobre as tipologias de deficiência, porém, independente disto, conseguimos através deles figurar a porcentagem de pessoas com deficiência matriculadas em escolas, na faixa etária onde se pressupõe que eles cursassem os ensinos infantil, fundamental e médio, o que nos revela a importância do cuidado para com a inclusão dessas pessoas em todos os espaços que a escola venha a disponibilizar, incorporando nesta dialogia as bibliotecas escolares.

O texto introdutório das Diretrizes da IFLA para as bibliotecas escolares, reafirma a responsabilidade comum destas instituições em todo mundo, ao inferir que:

*As bibliotecas escolares em todo o mundo, na sua variedade, partilham um objetivo comum: o reforço do “ensino e aprendizagem para todos”. Por essa razão, os profissionais da biblioteca escolar defendem a igualdade de oportunidades para todos. [...]*

• *A crença de que as pessoas, comunidades e organizações precisam de acesso universal e equitativo à informação, ideias e produtos da imaginação para o seu bem-estar social, educativo, cultural, democrático e económico (International... 2015, p. 15).*

De modo fundamentado, o aludido texto nos assegura por intermédio de uma legislação densa e fixa para o assunto em questão, o direito inalienável de todas as crianças e jovens «a equidade de acesso, liberdade de informação e privacidade, direitos autorais e de propriedade intelectual e direito das crianças ao conhecimento» (International... 2015, p. 12), pois estes certamente lhe proporcionarão ferramentas para compreender, questionar e transformar a realidade.

A equidade de acesso à informação e ao conhecimento não é um favor, mas uma condição *sine qua non* para que cada indivíduo possa «ler o mundo» (Freire e Macedo 1990, p. 10). A leitura, por sua vez, sendo «um ato social» (Fujita 2004, p. 1) coopera para tornar os sujeitos emancipados, transformando-os em agente de sua própria história, rompendo com o silenciamento advindo das desigualdades socioeconômicas, educacionais ou culturais.

Apoiada pela legislação e tendo como seu principal recurso «um bibliotecário escolar qualificado que colabora com outros professores para criar as melhores experiências de aprendizagem» (International... 2015, p. 16), a biblioteca escolar pode se tornar um território de práxis. Nesse espaço, promove ativamente a curiosidade, a diversidade, as trocas e a construção coletiva de um futuro mais inclusivo e humanizado para seus usuários.

Negligenciar essa implementação é perpetuar uma educação que não apoia a formação de sujeitos protagonistas de sua própria libertação no acesso e uso de espaços de informação.

## **2. O VELHO, PORÉM NECESSÁRIO, DISCURSO SOBRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO**

A sociedade historicamente estabelece distinções entre indivíduos, e a deficiência se insere nesse contexto como um marcador social. É determinante, porém, compreender que a deficiência é uma característica da diversidade humana e da humanidade; podendo também ser percebida como consequência dos ciclos da vida do ser humano, como o envelhecimento e todas suas repercussões (Gesser, Nuernberg e Toneli 2012, p. 558).

Apresentando-se tanto na forma congênita como adquirida, a deficiência está relacionada a impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais que, em interação com barreiras sociais, restringem a participação plena dos indivíduos, conforme pode ser apreciado na *Lei Brasileira de Inclusão (LBI)*:

*Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil 2015).*

A LBI define a deficiência como o resultado da interação entre impedimentos e barreiras, dissociando-a da ideia de doença. A lei estabelece as seguintes categorias: sensorial (visual e auditiva), física ou motora, múltipla (associação de deficiências) e intelectual (limitações cognitivas manifestadas antes dos 18 anos).

Sobre esta última, é oportuno adicionar algumas considerações, para uma melhor dilatação do assunto proposto neste artigo. O *Decreto n.º 5.296* (Brasil 2004) menciona que a deficiência intelectual é caracterizada por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestadas antes dos 18 anos. Essas, por sua vez, afetam habilidades cognitivas e sociais essenciais, como comunicação, autonomia, aprendizagem e interação com o meio. No Brasil, a LBI (Brasil 2015) destaca no parágrafo primeiro do art. 2.º, a necessidade de uma avaliação

multidisciplinar para considerar tanto aspectos cognitivos quanto fatores ambientais e sociais, quando se fizer necessário.

Sasaki (2011) compartilha que a *Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual* (2004), aprovada pela OMS e Opas, foi um marco ao substituir o termo «deficiência mental» por «deficiência intelectual». Essa mudança visou eliminar a confusão com transtornos psiquiátricos e combater estigmas. Ao adotar a nova expressão, a OMS diferenciou a condição intelectual de doenças mentais e transtornos psiquiátricos e reforçou concepções estigmatizantes, reforçando que a deficiência intelectual era uma condição a ser apoiada por meio de suporte educacional, social e profissional.

Outrossim, vale ressaltar que ao longo dos anos, a concepção da deficiência passou por diferentes modelos. O modelo metafísico ou religioso relacionava a deficiência a castigo ou a bênção. O modelo médico a via como um problema a ser tratado e curado. O modelo social, surgido no século XX, deslocou o foco da deficiência para as barreiras impostas pela sociedade, reconhecendo que a limitação está no ambiente, não no indivíduo. O modelo mais atual, o biopsicossocial, é o recomendado pela legislação brasileira. Este, amplamente utilizado hoje, incorpora uma nova perspectiva ao considerar a deficiência intelectual como um fenômeno relacional entre os modelos médicos. Ou seja, suas implicações variam conforme as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pelo ambiente. Quanto mais inclusivo for o meio, em termos de acessibilidade e suporte, menores serão os impactos da deficiência na vida do indivíduo. Dessa forma, políticas públicas e práticas educacionais devem focar na eliminação de barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento e ao convívio social.

Ainda sobre a verve do cenário social, a discussão sobre inclusão e acessibilidade se torna não apenas relevante, mas imperativa. Ela não se limita à presença de pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais, mas envolve a remoção de barreiras que dificultam sua participação plena, garantindo acesso igualitário a recursos, direitos e oportunidades.

Nesta dialogia, cabe inferir que a existência dessas barreiras reforça a marginalização de pessoas com deficiência. A LBI (Brasil 2015) especifica elas como sendo de diversas naturezas: urbanísticas e arquitetônicas (estruturais), comunicacionais (impedimentos na linguagem e acesso à informação), atitudinais (preconceitos e estereótipos) e tecnológicas (falta de acessibilidade digital). Em seu art. 3.º, inciso 4, a referida lei define barreiras como:

*IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil 2015).*

A eliminação destas, não é apenas um dever legal, mas uma necessidade ética e social. Sobre o fato, a LBI, estabelece que a acessibilidade deve ser garantida em todos os espaços públicos e privados de uso coletivo, visando à participação igualitária. Isso significa que escolas, empresas, espaços culturais, esportivos e até mesmo ambientes digitais devem ser estruturados de forma a permitir a inclusão efetiva de todos.

Para tanto, são necessárias ações como desenvolvimento de tecnologias assistivas e de novas metodologias, reformas estruturais, sensibilização sobre a diversidade, formulação de políticas inclusivas e acessibilidade. Sassaki, incorpora a partir de seus estudos sobre inclusão, a adoção das seguintes dimensões sobre acessibilidade, a saber:

*arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência)* (Sassaki 2009, p. 16).

Nesta propositura, entendemos que a acessibilidade não é somente um direito das pessoas com deficiência, mas um benefício à disposição de toda a sociedade. Quando os espaços, produtos e serviços são pensados para serem acessíveis desde sua concepção, todos se beneficiam, independentemente de suas necessidades específicas.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o método dedutivo para analisar a inter-relação entre temas como biblioteca escolar, inclusão, neurodiversidade e organização da informação. A escolha metodológica visou fornecer uma base sólida e real sobre o assunto.

Uma busca exploratória em bases de dados, utilizando os termos-chave do estudo, revelou uma tendência significativa na literatura: enquanto há vasta produção sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física ou sensorial, percebe-se uma notável lacuna de pesquisas voltadas ao atendimento de pessoas neurodiversas e com diferenças cognitivas.

Para a coleta de dados, adotou-se a documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica. Analisamos um *corpus* diverso, incluindo artigos científicos, livros, legislação pertinente, trabalhos acadêmicos e portais especializados. A estratégia de busca com os descritores «“biblioteca escolar” AND “neurodiversidade”» no Portal de Periódicos da Capes e no Portal Oasis retornou apenas quatro documentos. No Google Acadêmico, foi recuperado um documento no formato livro; reforçando o

diminuto número estudos específicos sobre o tema em tela. Para complementar a análise, recorreremos também a textos fundamentais sobre o perfil do profissional bibliotecário e o papel da biblioteca escolar.

#### **4. RESULTADOS ALCANÇADOS — BIBLIOTECAS ESCOLARES INCLUSIVAS: RESSIGNIFICANDO SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO DE TODOS/TODAS, UMA PROPOSTA INCLUSIVA PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Mantendo as funções tradicionais de guarda de registros, preservação, associados ao paradigma moderno, onde se incluem a organização e representação de informação, bem como o acesso e compartilhamento de informações — a biblioteca, historicamente, também tem sido multifacetada e as atividades desenvolvidas pelo profissional bibliotecário/a, são desempenhadas no contexto da vida social, sejam a serviço de alguém ou de alguma comunidade com objetivos específicos.

*Desde a antiguidade, as bibliotecas possibilitam a preservação de documentos essenciais do conhecimento humano e o acesso aberto a determinados públicos. Se em séculos passados o conhecimento letrado era restrito a uma pequena elite que zelosamente guardava o acesso a ele, atualmente as bibliotecas dos países democráticos têm objetivos, obrigações e missões mais voltados para a abertura e disseminação do conhecimento ao maior público possível (Fundación La Fuente 2022, p. 11, tradução nossa).*

No quesito educação e aprendizagem, esta instituição e seus profissionais, desempenham um papel importante na formação integral do cidadão, sendo agentes ativos e interativos a serviço da educação formal, fornecendo recursos para estudantes de todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade.

Terra, Fujita e Lacruz consideram a respeito da biblioteca escolar, que ela é:

*um componente essencial de qualquer sistema educacional e sua utilização é um elemento central nos processos de ensino e aprendizagem que visam à formação integral de crianças e jovens, de modo a capacitá-los a se tornarem cidadãos participantes da melhoria de sua comunidade (Terra, Fujita e Lacruz 2016, p. 276, tradução nossa).*

Na perspectiva de abranger as discussões sobre inclusão nas bibliotecas, de pessoas neurodiversas, e de propor a ressignificação de saberes, fazeres e querereres do/a bibliotecário/a na produção e organização da informação em bibliotecas escolares para o atendimento de todos, nosso esforço se dará no intuito de apresentar algumas

estratégias que poderão ser eficazes na garantia de igualdade de acessibilidade e na emancipação das pessoas.

A proposta aqui externada representa um esforço ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), apontados na meta quatro, da *Agenda 2030*, que versa sobre a educação de qualidade, em que consiste como objetivo: «Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos» (Barbieri 2020, p. 134).

Precedentemente ao ato de produzir e organizar a informação, é imperativo compreender que para o atendimento de necessidades específicas é requerido a sensibilidade do/a bibliotecário/a escolar na valorização das potencialidades de alunos neurodiversos, assim como é fundamental uma ressignificação das técnicas e práticas que constroem seus saberes e fazeres profissionais.

*O bibliotecário adequado é aquele que está em constante questionamento; é aquele que procura conhecer sua área de atuação; é aquele que tem consciência de que o usuário é seu fim último; [...] é aquele que sabe que a informação é imprescindível para a formação do cidadão. O bibliotecário escolar é aquele que reconhece sua profissão como importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação social (Almeida Júnior 2018, p. 77).*

O conhecimento genérico, e às vezes superficial, sobre as necessidades informacionais de alunos precisa ceder lugar para a busca de entendimento sobre os diversos perfis neurodivergentes — suas características, desafios comuns e potencialidades. Esta atitude consciente, positiva e adequada coopera para uma desejável transformação da biblioteca de um espaço meramente acessível para um espaço proativamente inclusivo e acolhedor para todos. Isso implica, necessariamente, romper com estereótipos e adotar uma postura de negação ao capacitismo e suas crenças de inferioridade.

A primeira e mais impactante camada de organização informacional é o próprio ambiente físico. Um espaço caótico ou de navegação complexa eleva a ansiedade e a sobrecarga sensorial, dificultando a emancipação de pessoas neurodivergentes.

Em detrimento disto, é essencial que os profissionais reconheçam as diversas barreiras (sensoriais, comunicacionais, sociais e executivas) e compreendam que o domínio de normas técnicas é insuficiente. Para isso, precisam dominar e aplicar os princípios do *Design Universal* para a Aprendizagem (DUA) nos serviços e no ambiente da biblioteca. Adicionalmente, devem incorporar tecnologias assistivas e formatos acessíveis (audiolivros, fontes de alto contraste, sem serifa, *layouts* limpos e alternativas para conteúdo de áudio e vídeo), garantindo também a acessibilidade de *sites* e catálogos digitais.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio de normas como a NBR 17725/2025 (que trata de acessibilidade digital) e a adoção de Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.2, define requisitos e recomendações para otimizar o acesso a ambientes virtuais. Para ilustrar a dimensão do conceito, a instrução normativa *Ancine 165*, em seu artigo 2.º, inciso I, fornece a seguinte definição de acessibilidade:

*refere-se à condição que devem cumprir os objetos, dispositivos, ambientes, processos, bens, produtos e serviços para serem compreensíveis, utilizáveis e praticáveis por todas as pessoas com segurança, conforto e da forma mais natural e autônoma possível (Agência... 2022).*

O conhecimento sobre recursos específicos, aliado a estratégias de mediação bibliotecária que considerem diferentes estilos de processamento (visual, auditivo, sensorial) na promoção da leitura para pessoas neurodiversas, contribui para toda a comunidade, sejam pessoas com ou sem deficiência.

Capacitações envolvendo a equipe multidisciplinar da escola (coordenadores pedagógicos, secretários, psicólogos, psicopedagogos, professores, auxiliares, agentes de portaria, faxineiros) e as famílias, certamente auxiliarão na compreensão e aplicação eficaz destes recursos e estratégias de fomento a leitura.

*As bibliotecas do século XXI precisam continuar sendo espaços abertos a todos os membros de suas respectivas comunidades. Estamos em um momento ideal para definir parâmetros para uma nova abordagem inclusiva, onde todas as pessoas, com suas diferentes capacidades e condições, possam coexistir, funcionar e acessar os espaços, documentos, textos e arquivos disponíveis (tanto em papel quanto em formato digital), de forma segura e respeitosa à sua individualidade (Fundación La Fuente 2022, p. 14, tradução nossa).*

Na resignificação de fazeres, é conveniente promover adaptações no ambiente e nos serviços, de modo a ofertá-los em formato flexível e proativo, para tanto, é vantajoso avaliar a iluminação, disposição de espaços sensoriais, assentos individuais, objetos macios e de montagem (ajudam a reduzir a ansiedade) e os níveis de ruídos — onde a disponibilização de abafadores pode ser bem eficiente.

Na organização do espaço da biblioteca além das dimensões necessárias para a circulação de pessoas com deficiência física ou baixa mobilidade, devem estar previstas uma sinalização visual bem distribuída, com atenção a oferta de equipamentos adequados.

O atendimento inclusivo exige uma linguagem clara e objetiva, seguindo diretrizes como as da NBR 15.599 da ABNT sobre comunicação acessível. Isso se aplica tanto

ao ambiente físico quanto ao digital, e envolve o uso de múltiplos formatos, como instruções visuais (incluindo pictogramas, eficazes para TEA e Síndrome de Down), sonoras, gestuais e táteis. Além disso, uma atitude paciente, que concede mais tempo para o processamento da informação, é fundamental para um acolhimento efetivo.

*O atendimento ao público é totalmente atrelado a comportamentos e procedimentos, os quais podem trazer vícios ou práticas desaconselháveis quando o que se pretende é garantir uma relação equânime, dialógica e inclusiva entre quem atende e quem é atendido (Coordenadoria... 2025, p. 5).*

O tratamento temático da informação é essencial para garantir que pessoas com deficiência intelectual tenham acesso aos conteúdos organizados de forma compreensível, acessível e relevante para suas necessidades cognitivas e educacionais. Ele envolve a classificação, indexação, descrição e adaptação dos materiais de forma a facilitar a recuperação da informação e promover a autonomia no uso dos acervos.

Portanto, a produção e organização da informação não são neutras. Elas podem ser projetadas para facilitar ou dificultar o acesso, a compreensão e o uso da informação por pessoas neurodiversas. Sistemas rígidos como a CDD, não acolhe a diversidade cognitiva de seus usuários.

Para pessoas neurodivergentes, a lógica abstrata e a sobrecarga de estímulos de sistemas de organização tão complexo, como este, podem se tornar barreiras intransponíveis. Nesse contexto, a reorganização da informação transcende a mera arrumação de prateleiras; trata-se de um redesenho estratégico do espaço e dos processos, fundamentado em princípios de clareza, flexibilidade e previsibilidade, para garantir que o acesso ao conhecimento seja, de fato, universal.

Adicionalmente, uma sinalização multimodal, que integra texto com fontes claras, ícones universais, pictogramas e um sistema de cores consistente, cria múltiplos caminhos para a decodificação do espaço, atendendo a diferentes estilos de processamento e tornando a biblioteca um mapa legível e previsível para todos.

*Um pictograma é uma representação gráfica simples (um desenho ou símbolo) que representa um espaço, uma ação ou uma atividade. Seu objetivo é facilitar a comunicação com pessoas neurodiversas, especialmente pessoas com TEA e Síndrome de Down, porém, há outros públicos que se beneficiam, como pessoas analfabetas ou que estão aprendendo a ler (Fundación La Fuente 2022, p. 27, tradução nossa).*

De modo estratégico, nas estantes, a exibição frontal dos livros, com suas capas visíveis, oferece um atalho visual muito mais eficaz do que a leitura de lombadas textuais, atraindo o interesse e facilitando a seleção. No ambiente digital, o catálogo

*online* (OPAC), pode ser creditado como um limitador, requerendo para um melhor uso de todos/as, ser simplificado com uma interface minimalista e uma busca que permita erros dos usuários, com o oferecimento de sugestões e correções automáticas durante a digitação.

Ao tornar os sistemas mais flexivos e visuais, remove-se a necessidade de o usuário dominar uma lógica complexa, permitindo que seu foco permaneça no objetivo final: encontrar a informação que deseja ou necessita.

Enfim, a organização da informação deve abranger os processos e as normas que regem o ambiente da biblioteca. Procedimentos como a realização de empréstimo ou uso dos computadores podem gerar ansiedade significativa quando não são postos de forma clara, com vistas a eliminação de abstrações. A disponibilidade de guias visuais, ou histórias sociais, definidas como: «histórias curtas e individualizadas que podem ser usadas para ajudar pessoas [...] na interpretação e na compreensão de situações sociais difíceis, confusas ou novas» (Lazzarini e Elias 2022, p. 349), constituem-se como mecanismos eficientes, podendo tornar as rotinas da biblioteca explícitas e previsíveis, afastando as barreiras cognitivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos neurodiversos nas escolas representa uma luta constante pela efetivação de direitos históricos, e a biblioteca, como espaço central de conhecimento e acolhimento, possui um potencial imenso para ser um ambiente protagonista nesse processo. Para que isso se concretize, é necessária uma transformação que transcende a simples adaptação técnica, exigindo uma mudança cultural profunda. Dar novos significados aos saberes, fazeres e querereres dos profissionais implica um olhar crítico sobre as práticas atuais e um compromisso legítimo com a valorização da diversidade humana.

Nessa perspectiva, a produção e a organização da informação na biblioteca escolar devem ser ativamente repensadas para garantir a inclusão. Isso se materializa na adoção de estratégias multimodais, na adaptação do espaço físico para ser mais acolhedor e menos sobrecarregado sensorialmente, e na personalização do acesso à informação. Tais medidas são ações concretas que promovem não apenas a acessibilidade, mas a equidade e as condições para o sucesso escolar de todos os estudantes, respeitando suas individualidades.

Contudo, a implementação bem-sucedida dessas adaptações depende de dois pilares fundamentais: o investimento contínuo na capacitação dos profissionais da biblioteca e a colaboração estreita com equipes multidisciplinares, como psicólogos e pedagogos. Ao investir nesses pilares, a biblioteca escolar se consolida como um agente fundamental na construção de uma sociedade mais justa e humanizada, garantindo que cada aluno, com sua forma única de ser e aprender, encontre seu espaço de desenvolvimento, emancipação e pertencimento.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2022. *Instrução Normativa n.o 165, de 29 de setembro de 2022*. Brasil: ANCINE.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de, 2018. Bibliotecário escolar: seu perfil e seu fazer. Em: Rovilson J. da S. SILVA, e Sueli BORTOLIN. *Fazeres Cotidianos na Biblioteca Escolar*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: ABECIN, pp. 67-77.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2023. *Inclusive Language Guide* [Em linha]. 2.<sup>nd</sup> ed. Washington, DC: APA [consult. 2025-03-28]. Disponível em: <https://www.apa.org/about/apa/equity-diversity-inclusion/language-guide.pdf>.
- AZEVEDO, Flávio, et al., 2022. Navigating academia as neurodivergent researchers: Promoting neurodiversity within open scholarship. *Association for Psychological Science Observer Magazine* [Em linha]. 2022-10-31 [consult. 2025-03-26]. Disponível em: <https://www.psychologicalscience.org/observer/gs-navigating-academia-as-neurodivergent-researchers>.
- BARBIERI, José C., 2020. *Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030*. Petrópolis: Vozes.
- BLUME, Harvey, 1998. Neurodiversity: on the neurological underpinnings of geekdom. *The Atlantic* [Em linha]. September 1998 Issue [consult. 2025-02-27]. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1998/09/neurodiversity/305909/>.
- BRASIL. Leis, decretos, etc., 2015. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União Seção 1*. Brasília: Imprensa Nacional, 2015-07-07, (127), p. 2.
- BRASIL. Leis, decretos, etc., 2004. Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004. *Diário Oficial da União Seção 1*. Brasília: Imprensa Nacional, 2004-03-12, (232), p. 5.
- COORDENADORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE, 2025. *Atendimento inclusivo: módulo 3 – o atendimento*. São Paulo: UNESP.
- CUNHA, Murilo B. da, Sueli A. do AMARAL, e Edmundo B. DANTAS, 2015. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas.
- FREIRE, Paulo, e Donaldo P. MACEDO, 1990. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. São Paulo: Paz e Terra.
- FUJITA, Mariângela S. L., 2019. *Políticas de organização e representação da informação*. Brasília: CAPES, UAB.
- FUJITA, Mariângela S. L., 2004. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero* [Em linha]. 5(4), artigo 01 [consult. 2025-03-18]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/6568>.
- FUNDACIÓN LA FUENTE, 2022. *Lectura para todas y todos: orientaciones para la inclusión de personas neurodiversas en bibliotecas y otros espacios de lectura*. Chile: Fundación Educacional y Cultural La Fuente.
- GESSER, Marivete, Adriano H. NUERNBERG, e Maria J. F. TONELI, 2012. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade* [Em linha]. 24(3), 557-566 [consult. 2025-03-18]. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>.
- GESSER, Marivete, Pamela BLOCK, e Anahi G. De MELLO, 2020. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. Em: M. GESSER, G. BOCK, e P. LOPES, org. *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, pp. 17-35.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023. *Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda* [Em linha]. Agência IBGE notícias [consult. 2025-03-31]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>.

- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015. *Diretrizes da IFLA para bibliotecas escolares*. Netherlands: IFLA.
- LAZZARINI Fernanda S., e Nassim C. ELIAS, 2022. História social™ e autismo: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial* [Em linha]. 28, 349-364 [consult. 2025-06-11]. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0017>.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2004. *Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual* [Em linha]. Montreal: OPS/OMS [consult. 2025-03-17]. Disponível em: [http://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604\\_aula03\\_ativPres\\_Decl\\_Montreal](http://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604_aula03_ativPres_Decl_Montreal).
- ORTEGA, Francisco, 2009. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. 14(1), 67-77 [consult. 2025-03-17]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>.
- SASSAKI, Romeu K., 2011. Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão. Em: *Acessibilidade na Câmara* [Em linha]. Brasília: Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional [consult. 2025-03-31]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>.
- SASSAKI, Romeu K., 2009. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)* [Em linha]. 12, 10-16 [consult. 2025-03-18]. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/18g-rFjhTv2A11w30TAB9w>.
- SINGER, Judy, 1999. 'Why can't you be normal for once in your life?' From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. Em: M. C. CORKER e S. FRENCH, ed. *Disability, Human Rights, and Society*. Buckingham: Open University Press, pp. 59-67.
- TERRA, Ana L., Mariângela, S. L. FUJITA, e Carmen AGUSTIN LACRUZ, 2016. School libraries and indexing policies in Brazil and Portugal. *Knowledge Organization* [Em linha]. 43(4), 278-285 [consult. 2025-06-16]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/303589575\\_School\\_Libraries\\_and\\_Indexing\\_Policies\\_in\\_Brazil\\_and\\_Portugal](https://www.researchgate.net/publication/303589575_School_Libraries_and_Indexing_Policies_in_Brazil_and_Portugal).

